

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 473.689 - SP (2018/0267733-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CESAR AUGUSTO LUIZ LEONARDO - SP265830
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VERA LUCIA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de VERA LUCIA DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2164937-66.2018.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante em 23.06.2018, convertido em preventiva (fls. 24/26), e denunciada pela suposta prática do delito previsto no art. 163, parágrafo único, III, do Código Penal (dano qualificado). O magistrado de primeiro grau recebeu a denúncia em 17.07.2018, tendo, ainda, indeferido o pedido de revogação da custódia antecipada (fls. 35/37).

Irresignada, a defesa impetrou *writ* perante o Tribunal de origem, o qual, por unanimidade, denegou a ordem nos termos do acórdão acostado às fls. 62/70.

No presente *mandamus*, alega que a segregação antecipada não estaria suficientemente justificada, uma vez que supostamente não foram evidenciados os pressupostos legais *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*.

Ressalta que conta com condições pessoais favoráveis, motivo pelo qual salienta não oferecer risco à ordem pública.

Destaca que a paciente demonstra indícios de comprometimento mental, necessitando de assistência médica e familiar, tendo o *Parquet*, quando da audiência de custódia, se manifestado pela aplicação de medidas alternativas ao cárcere.

Pondera que a conduta delitiva imputada caracteriza-se pela baixa lesividade, porquanto desprovida de violência ou grave ameaça.

Ademais, tendo em vista a excepcionalidade da prisão, estar-se-ia violando o

Superior Tribunal de Justiça

princípio da presunção de inocência.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, mediante expedição do alvará de soltura em favor da paciente.

Liminar indeferida às fls. 77/78.

Informações prestadas às fls. 140/141, 156/157, 175/176, 178/179.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 165/169).

É o relatório.

Decisão.

O presente *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, de acordo com informações prestadas às fls. 175/176 e obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que em 01/03/2019 sobreveio sentença condenando a paciente à pena de 8 meses e 5 dias de detenção, em regime semiaberto, e pagamento de 12 dias-multa. Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação criminal, o qual foi parcialmente provido em 11/11/2019 para reduzir a reprimenda para 7 meses de detenção, e pagamento de 11 dias-multa, sendo expedido alvará de soltura em seu favor pelo cumprimento da sanção carcerária.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator